



V Jornada Brasileira de Sociologia

Desafios, dilemas e oportunidades nas sociedades democráticas

Novembro, 2017, Pelotas/RS

GT 02: Desregulamentação, flexibilização e novos desafios da questão laboral

**Reconfigurações do capitalismo e do trabalho: novas formas de dominação em
contexto de trabalho imaterial**



Reconfigurações do capitalismo e do trabalho: novas formas de dominação em contexto de trabalho imaterial

Rafael Ferrari da Silva¹

Pedro Dionizio de Mello²

Em transformação desde a década de 1970 a esfera do trabalho tem demandado um novo ideal de trabalhador. O saber e a subjetividade dos agentes têm-se tornado parte significativa do trabalho, fazendo com que competências humanas como comunicação, organização, cooperação e capacidade de resolver problemas sejam incorporadas às atividades laborais. Para acompanhar esse processo, apoiamos-nos em quatro teóricos do Imaterial: Camargo (2011), Gorz (2003) e Negri & Lazzarato (2001). Assim, a demanda do capitalismo por um novo ideal de trabalhador será interpretada sob o ponto de vista de novas formas de dominação, mais complexas e que requerem um olhar para além do espaço e tempo tradicionais de trabalho. Como as competências humanas são requisitos para o desenvolvimento de atividades laborais mais complexas típicas da nova economia, e sabendo que esses aspectos são adquiridos no cotidiano, os espaços e tempos de não trabalho acabam ganhando bastante interesse. O tempo além do trabalho acaba tornando-se um novo sustentáculo de dominação, expandindo-a para além do expediente por meio de uma subjetividade que estará envolvida no trabalho. Com base nessas considerações, buscamos observar como essas metamorfoses impactam na vida dos trabalhadores a partir de novas formas de dominação, contextualizada no caso de trabalhadores autônomos e/ou trabalho imaterial. Quanto ao método, a pesquisa realizou entrevistas semiestruturadas, levando em conta a subjetividade de cada um para entender o contexto inserido. Nesse sentido, a questão da dominação instiga a pensar como novas formas de dominação associadas ao capital se apropriam da vida em sua totalidade, tendo como uma hipótese inicial uma maior dificuldade de separabilidade de espaços e tempos de trabalho e não trabalho.

Palavras-chave: Trabalho Imaterial; Dominação; Tempos e espaços de não trabalho; Reestruturação produtiva; Subjetividades

¹Graduando em Ciências Sociais – Bacharelado, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Bolsista de Iniciação Científica do CNPQ (PIBIC/CNPQ). E-mail: rafael.ferrari4@gmail.com

²Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: p.mello07@gmail.com

Introdução

O trabalho imaterial é um fenômeno ainda recente e pouco estudado, principalmente no contexto brasileiro. Mesmo assim, os teóricos que se propõem a analisar essas metamorfoses do capitalismo e do trabalho realizam um trabalho qualificado, baseando-se em teóricos e contextos passados para apontar novas formas de dominação e resistência na contemporaneidade. Para acompanhar esse processo e escrever esse projeto, apoiamo-nos em quatro teóricos do imaterial, sendo um brasileiro: Sílvio Camargo (2011), André Gorz (2003) e Negri & Lazzarato (2001).

Na primeira parte, fazemos uma análise contextual do trabalho imaterial, apontando o início de um debate sobre as transformações do sistema capitalista, e que culminou no desenvolvimento e aprofundamento de debates acerca deste “novo cenário”. Assim, através de uma breve revisão de literatura, chamamos a atenção para algumas transformações ocorridas no capitalismo mundial nos últimos trinta anos que criaram as condições para a expansão das atividades imateriais.

Em seguida, buscamos caracterizar o trabalho imaterial, apontando os principais conceitos que os teóricos usam para formá-lo. A definição de trabalho imaterial não é algo simples e frequentemente há confusões em torno do conceito, como diz Camargo³. As características principais vão dizer respeito às qualidades subjetivas, como comunicação, cooperação e saberes.

Já na terceira parte está, talvez, a fração mais importante: novas formas de dominação. As análises desses teóricos em relação ao trabalho imaterial objetivam, principalmente, enxergar formas de dominação que antes não existiam, ou que se complexificaram. Dessa forma, ver-se-á que o trabalho imaterial requer uma análise em conjunta com a esfera cultural, analisando as extensões do capital para outras esferas da vida de não – trabalho. O Capital humano será um conceito bastante importante para compreender as novas formas de dominação, pois a partir dele são geradas justificativas que orientam uma série de investimentos prévios na força de trabalho por parte, principalmente, dos próprios trabalhadores.

Por fim, apresentamos a descrição e análise dos resultados da pesquisa de campo. Investigamos quatro categorias de análise: “Saberes”, “Empreendedorismo”,

³ Para ver mais, acessar a entrevista concedida à Unisinos sobre Trabalho Imaterial: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/507815-trabalhoimaterialeapropriacaodasubjetividade-humana-entrevistaespecialcomsilviocamargo>

“Flexibilidade de tempo e espaço” e “Estratégias de uso de tempo e espaço de não trabalho”. Essas categorias dialogam diretamente com as principais características do Trabalho Imaterial e os novos paradigmas do trabalho autônomo na contemporaneidade. Dessa forma, a problemática gira em torno de pensar novas formas de dominação ligadas, principalmente, ao tempo de não trabalho, conectando à lógica racional econômica constante da vida, presente neste cenário emergente do trabalho.

Capitalismo em transição: as condições de emergência do Trabalho Imaterial

A esfera do trabalho tem passado por diversas mudanças nas últimas décadas, tornando sua própria natureza mais variada e complexa e transformando, também, o perfil dos trabalhadores. Um novo estágio do capitalismo mundial, segundo Camargo (2011), iniciou em meados da década de 1970, na chamada “reestruturação produtiva”.

Até o final de 1970, o padrão de desenvolvimento econômico capitalista estava centrado, em grande medida, nas inovações ocorridas nas áreas da química, eletricidade, fundição do aço e também nos métodos de organização do trabalho baseados no taylorismo. Era o período do Estado de bem-estar social nos países capitalistas europeus centrais (que perdurou de 1945 até 1973), bem como do crescimento explosivo das indústrias de produção em massa encabeçadas por grandes empresas geradoras de bens de consumo duráveis e padronizados.

No entanto, a partir do final da década de 1970, o Estado social e o seu padrão de desenvolvimento econômico começam a entrar em crise. Na análise de Dos Anjos e Farah Jr. (2002), a queda vertiginosa de demanda associada a um elevado índice de desemprego resultaram em um aumento da capacidade ociosa, em níveis maiores de estoque e do índice de preços de produtos. No setor energético, ocorre a crise do petróleo em 1973; já no plano demográfico, o aumento da expectativa de vida incide nos custos da previdência social. Assim, na década de 1980, chefes de Estado alegam não ser mais possível mais sustentar o Estado previdência. O primeiro país a abandonar tal modelo de desenvolvimento foi a Inglaterra, no governo de Margareth Thatcher, reformando amplamente a esfera do trabalho com base na sua desregulamentação e flexibilização. Já no final dos anos 1980, verifica-se um novo fenômeno ainda em curso que pode ser descrito como uma terceira Revolução Industrial, ou, nas palavras de Manuel Castells (1999), uma “revolução das tecnologias da informação”. E é justamente através da emergência das tecnologias da informação e da comunicação

(TIC) que o padrão de desenvolvimento econômico e organizacional passa a ser reestruturado. O sistema econômico continua capitalista, mas seu motor agora está centrado no processamento, na manipulação e conversão do fluxo de informação disseminado pelas TIC em instrumentos profícuos à inovação de bens e serviços em um mercado global organizado em redes de produção e informação. Paralelamente a isso, nota-se a desintegração vertical das empresas, que visa ao aumento da competitividade com base na flexibilidade organizacional. Nesse contexto de profundas transformações, emergem a valorização e a demanda de profissões com grande conteúdo de conhecimento em suas operações. Com isso, o trabalhador vem se tornando, cada vez mais, uma espécie de empreendedor de si próprio, dependente de autoinvestimentos para poder inserir-se na lógica do capital humano demandado pelo mercado.

As análises a respeito dessas mudanças ganham mais corpo com a Teoria Crítica Contemporânea, quando dão mais ênfase de pesquisa em torno da vida cotidiana. De acordo com Camargo (2011), a pesquisa sociológica se daria com o intuito de diagnosticar os processos de dominação em uma esfera além do trabalho, ou seja, a esfera cultural. O atual estágio do capitalismo se encontraria com novas formas de dominação e sociabilidades, marcadas pela junção entre Cultural, Consumo e Trabalho Imaterial.

Caracterizando o Trabalho Imaterial

Na fabricação de um bem material, sempre há um componente de saber necessário para concebê-lo, seja na produção industrial, seja no setor de serviços. Gorz (2003) dirá que não se trata de conhecimentos técnicos específicos aprendidos visando à execução de um trabalho, pelo contrário, trata-se do saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação, características de um saber vivo adquirido no trânsito cotidiano e que pertencem à esfera da própria vida. O trabalho imaterial se refere desse modo a qualificações subjetivas dos trabalhadores, que fazem parte da mercadoria e, além disso, lhe atribuem valor. Assim, “o modo como os empregados incorporam esse saber não pode ser nem predeterminado nem ditado. Ele exige o investimento de si mesmo, aquilo que na linguagem empresarial é chamado de ‘motivação’”(GORZ, 2003, p. 9). Trata-se de um saber que escapa à possibilidade de formalização, eles aprendem-se pela prática e pelo costume. Desse modo, continua Gorz, toda produção passa a se assemelhar a uma

prestação de serviços, deixando de ser mensurável em unidades de tempo, como afirmava a teoria marxista, e passando a ser valorizada pelo componente comportamental e motivacional, surgindo, daí, o conceito “capital humano”. Ele será formado pela inteligência, a imaginação e o saber que, juntos, constituem o capital humano. Esse saber é feito de experiências e de práticas intuitivas, ou seja, hábitos.

Ao contrário da indústria taylorizada, quando os trabalhadores só se tornavam operacionais depois de serem despojados dos saberes, das habilidades e dos hábitos do cotidiano, o período denominado pós-fordismo integra todos esses saberes, devendo o trabalhador entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural que eles adquiriram nos jogos, esportes, lutas, disputas, música, teatro, sendo nessas atividades fora do trabalho que serão desenvolvidas sua vivacidade, capacidade de improvisação e cooperação (GORZ, 2003). O que irá contar nesse período, portanto, são as qualidades de comportamento que expressam imaginação e o envolvimento pessoal nas tarefas. Assim, “o trabalhador não se apresenta mais apenas como um possuidor de sua força de trabalho, mas como um produto que continua, ele mesmo, a se produzir” (BOUTANG, 2000; apud GORZ, 2003, p. 22).

No capitalismo cognitivo de Gorz (2003), o trabalhador passa a ser uma espécie de empreendedor de si mesmo, dependente de auto investimentos e qualificações cada vez mais intelectualizadas e simbólicas. Dessa forma, o trabalhador estará em constante aprendizado, além dos saberes que já possui do cotidiano. Essa entrega acaba por se tornar uma “produção de si” que se dará por meios culturais e cotidianos, como educação, cuidados médicos, assistência, moda, design e publicidade.

Tratando-se da “fabricação” desses produtos no dito capitalismo cognitivo, o filósofo vai dizer que o serviço será como uma mercantilização de um saber objetivado. Porém, o imaterial não se reduz apenas ao resultado do trabalho, mas, principalmente, se refere ao conteúdo da atividade do trabalho que passa a determinar a valorização da mercadoria (CAMARGO, 2011). É assim que o sociólogo dirá que o preço depende mais dos atributos simbólicos do que materiais, citando como exemplo um tênis da marca Nike, que envolve uma complexa rede de valorização cognitiva desde os processos de inovação em design, publicidade, informações de mercado e consumidor, entre outros. O trabalho imaterial se refere desse modo a qualificações subjetivas que passam a ter um papel central no processo de valorização das mercadorias (CAMARGO, 2011).

A vida imersa na racionalidade econômica: novas formas de dominação na contemporaneidade

Como visto, passamos por transformações na esfera do trabalho que, por consequência, veio acompanhada de novas análises que adentram na vida cotidiana como um todo. Porém, o trabalho imaterial não eliminou, segundo Camargo (2011), as formas de dominação engendradas pela modernidade, mas as aprofundou na denominada sociedade pós-industrial. Essas novas formas de dominação presentes no trabalho imaterial tornam os gestos aparentemente inocentes em base de produtividade, exigindo um olhar mais crítico e atento nas relações micro. Os trabalhadores dessa nova época transformaram seu tempo de não-trabalho em novos sustentáculos de um novo estágio de acumulação. Como o trabalho imaterial caracteriza-se, principalmente, por atividades relacionadas aos saberes, e sabendo que eles são adquiridos na vida cotidiana, o tempo e o espaço de não-trabalho ganham uma nova importância, principalmente relacionando-se à esfera do consumo.

De acordo com Camargo (2011), o capitalismo é o reflexo de um mundo completamente administrado que, agora, passa a prolongar a sua antiga dominação e atingindo, mais do que antes, a própria alma do trabalhador. O mundo da vida, caracterizado pelo tempo livre e as experiências culturais e cotidianas, passam a produzir certo tipo de valor ou riqueza.

Essa regulação total da vida está diretamente relacionada à forma de dominação capitalista nesta fase que se caracteriza com o conceito de capital humano de Gorz (2003). Já não lidamos mais com um trabalhador que vende sua força de trabalho e é alienado neste processo, e sim com um trabalhador que deve adquirir um montante de saberes e competências que se referem à própria vida cotidiana, ou seja, qualificações. E esse tempo livre, ou de não-trabalho, passa a ser um tempo de formação de capital humano e, portanto, torna-se economicamente racional e, assim, sendo bastante difícil a distinção entre as duas esferas – tempo de trabalho e tempo de não – trabalho:

Pensemos assim sobre este tempo livre ou de não trabalho. Em primeiro lugar, a formação do chamado capital humano, que tende a substituir a figura do trabalhador assalariado, depende diretamente do que os indivíduos fazem fora de seu tempo de trabalho: estudar, fazer cursos de aperfeiçoamento, aprender uma nova língua estrangeira, praticar esportes, fazer trabalhos voluntários, investir em cuidados com a aparência pessoal, ser comunicativo e sociável nos momentos de lazer, fazer experiências turísticas, adquirir conhecimentos culinários, etc (CAMARGO, Sílvio César, 2011, p. 120).

Esse tempo de não trabalho que também passa a possuir racionalidade econômica trata-se de uma nova forma de exploração, não necessariamente extração direta de mais-valia, e sim de uma espécie de autoexploração. O capital humano precisará estar em constante formação, investindo tempo e dinheiro e mobilizando recursos simbólicos. Essa formação nem sempre corresponde a posse de dinheiro, mas sim de “cultura”. Camargo (2011), lembra do sociólogo Pierre Bourdieu, que se refere ao capital cultural em uma esfera que não necessariamente a econômica, mas esferas de distinção social, como gosto estético e qualificações culturais, podendo ser objetivado em músicas, filmes, imagens, moradias, alimentação, e também cursos de qualificações em determinadas áreas de trabalho.

Dessa forma, Gorz (2003) diz que no lugar da exploração entram a auto-exploração e a autocomercialização do “Eu S/A”, tornando a pessoa uma própria empresa. É assim que o capital consegue exercer poder sobre os trabalhadores numa quase totalidade: empregados precisam se tornar empresas e responder pela sua rentabilidade dos serviços, além de serem forçados a internalizar a pressão e briga pela concorrência. Com o auto-emprego, a transformação em trabalho de toda vida e de toda pessoa podem finalmente ser realizadas, e a vida passa a se tornar o capital mais precioso (GORZ, 2003). Apaga-se as limitações entre as fronteiras de espaços de trabalho e não-trabalho, justamente porque o tempo da vida se reduz inteiramente sob a influência da racionalidade econômica. Toda a atividade deve tornar-se um negócio e tudo deve se tornar mercadoria; a venda do si se estende a todos os aspectos da vida.

A figura objetivada dessas novas formas de dominação pode ser encontrada melhor e mais claramente na figura no trabalhador “autônomo” que Bologna (1992) pesquisou no contexto francês da década de 1980. De acordo com as descrições da organização do trabalho no pós-fordismo de Bologna, se deduz que está havendo uma “autonomização” do próprio trabalho. O autor cita algumas características, como a continuidade temporal e espacial do processo de trabalho e a substituição da remuneração salarial pela forma de renda. Assim, a jornada de trabalho tende a não ter mais horário e espaço fixo, fazendo com que os trabalhadores autônomos trabalhem sempre.

Procedimentos Metodológicos

Sabendo-se que esse contexto de Trabalho Imaterial encontra similaridades no trabalho autônomo, a pesquisa centrou-se em cinco entrevistas com agentes inseridos nesse cenário. Duas entrevistas foram realizadas autonomamente e três pela orientadora de pesquisa Cinara L. Rosenfield.⁴ As duas referem-se a um dono de uma loja de móveis e um advogado com escritório; as outras três referem-se a tradutoras/intérpretes. Apesar de haver uma heterogeneidade em relação às profissões, elas convergem no sentido da mobilização de conhecimentos e saberes objetivados nas atividades laborais, além de tempos e espaços mais flexíveis. Foi levado em conta, também, o ambiente competitivo, que exige constante aprendizagem e autoqualificação e marketing próprio para se manter no mercado. Os dados foram coletados a partir de técnicas qualitativas com entrevistas individuais semiestruturadas. Essas entrevistas tiveram duração média superior a 30 minutos, sendo gravadas com a autorização dos entrevistados e depois transcritas. A análise dos dados tomou as categorias prévias do estudo sobre trabalho imaterial: saberes, autoempreendedorismo, flexibilidade e resistências.

Descrição e análise dos dados

Os sujeitos da pesquisa têm as seguintes características gerais: três são do sexo feminino e dois do sexo masculino. Quanto à escolaridade, um possui ensino médio e o restante tem, no mínimo, graduação completa. As idades variam de 28 anos até 63 anos, sendo quatro deles com idade entre 28 e 34. Quanto ao estado civil, duas são solteiras, dois têm algum tipo de relacionamento e um é viúvo. Outras informações: todos os entrevistados trabalham com horários flexíveis durante os dias da semana, ou seja, eles são donos do próprio expediente e decidem quando trabalhar. O uso dos saberes adquiridos a partir das vivências ao longo da vida é uma realidade no cotidiano dos trabalhadores autônomos. Todos entrevistados possuem algum tipo de saber que vai além do necessário para realizar as suas atividades laborais. Esses saberes referem-se às necessidades que o trabalho autônomo possui, como marketing, contabilidade, tecnologias, etc. Nesse sentido, o Advogado 1 diz:

⁴Prof.Dra pelo PPGS/UFRGS

“E o empreendedorismo é um conhecimento ampliado de várias coisas, tá? Por exemplo, no meu caso, eu sou advogado e tenho que ter o conhecimento da lei, mas tenho que ter o conhecimento de como ter o respeito com a pessoa, ter o conhecimento de gestão, ter o conhecimento de otimização, né?”

Além disso, há os saberes que se referem ao próprio trabalho realizado, como no caso da Tradutora 3, que afirma ter aprendido o inglês por causa das bandas que ela gostava e ouvia. O Dono da Loja de móveis afirma que o conhecimento de máquinas antigas possibilitou abrir um negócio relacionado às novas máquinas IBM. Percebe-se que há um acúmulo de saberes que vão sendo objetivados no trabalho, além de saberes que se referem a preservação e ampliação no mercado de trabalho.

Junto a isso encontra-se a categoria “autoempreendedorismo”, que se refere à responsabilização pela trajetória de trabalho marcada, também, pela necessidade de outros saberes além dos específicos da sua atividade laboral. O Dono da loja de móveis diz que era ele quem coordenava tudo, como o marketing, e vagamente contratava alguma agência para realizar esse papel. As tradutoras 1 e 2 afirmam a presença nas redes sociais como forma de obter trabalho e se autopromover, como uma espécie de automarketing. Nesse sentido, as TIC’s mostram-se como instrumentos necessários que fazem parte da rotina destas trabalhadoras. Os congressos, concursos e até mesmo encontros casuais mostram-se como instrumentos de socialização e divulgação de trabalhos. A partir disso, formam-se redes de tradutores que se divulgam e repassam trabalhos uns para os outros.

Os saberes referentes à administração da renda também se faz presente em todos entrevistados. Todos precisam ter algum tipo de conhecimento a respeito de contabilidade. Microempresa, Microempreendedor individual, Pessoa Jurídica, entre outros, são conceitos recorrentes presentes nas entrevistas. Há também a necessidade de controle e previsão dos gastos, visto que se trata de renda e não salário fixo. Paralelo a isso, o trabalho autônomo possui, como uma das principais características, a flexibilidade. É o próprio trabalhador que determina seu expediente, seu espaço e seu lazer. Apesar dos teóricos apontarem uma maior confusão de espaços e tempos de trabalho e não trabalho, os entrevistados convergem no sentido oposto: delimitam seus horários de maneira mais rígida a partir de uma organização própria. Ainda assim, a jornada de trabalho desses trabalhadores autônomos se mostra mais intensa, exigindo maior envolvimento e disponibilidade. As TIC’s, novamente, se mostram bastante presente nos discursos, como no caso da tradutora 3: “Às vezes, não é tanta liberdade (...) por exemplo, a minha ex-empresa, eles mandam trabalho das 9 às 18h. Eu sei que se

eu receber alguma coisa eu tenho que entregar nas próximas horas” Dessa forma, a disponibilidade depende, principalmente, das tecnologias, pois é a partir delas que se recebe (e envia) os trabalhos. Como analisa Castells (1999), as TICs permitem o estabelecimento de processos de gestão totalmente interativos, envolvendo coordenação simultânea entre diferentes pessoas situadas a uma grande distância, o que inviabiliza um desprendimento total do trabalho mesmo em períodos de não-trabalho. No caso da intensificação, a fala do Dono da loja de móveis esclarece bem esse fato: “Aí tu conhece a pressão, começa a te desgostar. Cara, eu não trabalhava sábado, aí tu começa a trabalhar sábado. E aí dezembro tem que trabalhar domingo também, entendeu?” A partir desse maior envolvimento subjetivo com o trabalho que a categoria “resistência” se faz necessária, instigando a compreender formas de lazer que permitam um desprendimento do trabalho.

Como dito antes no caso das tradutoras, a divisão e repasse de trabalhos é um ponto em comum entre os entrevistados. Pode-se enxergar isso como uma forma de resistência à intensificação do trabalho nesse cenário, assim como o Advogado 1 diz:

“Mas, enfim, hoje pra não acontecer isso de ter que trabalhar 10 ou 12 horas num dia, eu já tô negando alguns tipos de trabalho, repassando pra alguns colegas [...] Então esse trabalho todo às vezes eu deixo para o estagiário. E daí sim, é daí que eu tiro o meu lazer.”

A partir disso, nota-se que as redes são fundamentais nas relações entre esses autônomos, principalmente como estratégia de resistência a um trabalho volumoso e intenso. O contato entre os mesmos e até mesmo a contratação de outras pessoas, como no caso do Advogado 1, é uma realidade convergente entre os entrevistados.

Entretanto, o tempo de lazer proporcionado por esse tipo de estratégia, além da própria flexibilidade que permite determinar esse tempo, acaba, por vezes, sendo um tempo também de ordem racional econômica. Como visto, o capital humano caracteriza-se por qualificações subjetivas que agregam valor aos próprios serviços da pessoa, e é necessário que mantenha-se em constante atualização e aprendizagem. Dessa forma, muitas vezes, os tempos de não trabalho acabam se conectando ainda às atividades laborais, como afirma a tradutora 3:

“Porque quando eu não tô trabalhando, ou eu tô lendo alguma coisa, eu tô assistindo alguma série, porque eu... Apesar de gostar bastante de séries, eu acho que boa parte é trabalho também, porque eu tô ali, não uso legenda nem nada então eu tô treinando ali o meu ouvindo, tô mantendo a minha capacidade de ler. Tô aprendendo termos novos. Então também tem esse lado. O meu lazer nunca é só lazer.”

Além disso, a associação do trabalho autônomo com a formação de redes e laços, muitas vezes, não permite um total desprendimento das atividades, mesmo em períodos de não trabalho. A conectividade, permeada pelas TIC's, ainda permanece mesmo no período de lazer, tendo em vista a instabilidade das relações de serviços com os clientes. É preciso estar atento e disponível para eventuais problemas e chamadas, com o intuito de não perder estes clientes.

Nesse sentido, apresenta-se uma maior dificuldade de separabilidade de esferas e tempos de trabalho e não trabalho, exigindo destes trabalhadores uma disponibilidade quase constante. Assim, permanece, também, uma constante preocupação que permeia este tipo de trabalho autônomo dependente de redes. A vida passa a ser regida pela lógica racional econômica, com os tempos e espaços sendo utilizados em torno do trabalho. É a vida tornando-se um capital, além do próprio indivíduo.

Considerações Finais

Este trabalho buscou responder, em contexto de Trabalho Imaterial, quais os impactos que tais transformações ocorridas na esfera laboral e no sistema capitalista como um todo, a partir da década de 1970, acarreta para os indivíduos inseridos em trabalho autônomo. A partir disso, instiga-se compreender as formas de resistências associadas ao lazer que estes indivíduos desenvolvem frente à intensificação e prologamento da jornada de trabalho.

As análises permitiram verificar que estas mudanças laborais vêm carregadas de novas formas de sociabilidades, modificando tempos e espaços de trabalho. Os saberes, o autoempreendedorismo, a flexibilidade, as TIC's e as redes são formas características deste tipo de trabalho, que acabam por influenciar o modo de vida e também o lazer. Devido a esses fatores, o indivíduo encontra-se mais envolvido subjetivamente com seu trabalho, dificultando um desprendimento para si próprio por meio do lazer.

Apesar de ter provocado, de fato, efeitos colaterais (como, por exemplo, pressões crescentes com relação à produção, aumento do ritmo da jornada de trabalho e acúmulo de atribuições e responsabilidades dos trabalhadores, além da flexibilidade de alterar e encerrar contratos, dando margem a demissões), a reestruturação produtiva trouxe, por outro lado, as condições para a valorização de atividades produtivas que requerem maior treinamento, instrução, formação escolar e operações que envolvem maior uso de tarefas mentais em detrimento de atividades rotineiras e simplificadas.

A partir do suporte teórico adotado – Gorz, Negri & Lazzarato e Camargo –, pode-se dizer que os novos paradigmas da esfera laboral complexificaram as formas de dominação, expandindo-a para além de tempos e espaços tradicionais, como a fábrica. Agora, o controle alonga-se para a vida cotidiana, fora do expediente, penetrando na própria subjetividade dos sujeitos. Mecanismos típicos da racionalidade econômica, como o aumento do ritmo da jornada de trabalho, o acúmulo de responsabilidades e compromissos, são agora cada vez mais incutidos de forma sutil, dissolvendo as fronteiras entre trabalho e lazer. A exploração pelo viés marxista se complexifica, tornando o próprio trabalhador uma espécie de autoexplorado. Nesse sentido, se faz necessário uma (re)adaptação do olhar sociológico para tempos e espaços de não trabalho, ou seja, um olhar que compreenda o cotidiano como um todo, captando novas subjetividades e ideologias atuais.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Maria Anita dos; MOISÉS, Farah JR. **Coleção Gestão Empresarial 1: Economia brasileira**. Gazeta do Povo. Curitiba, Novembro de 2002.

CAMARGO, Sílvio. **Trabalho imaterial e produção cultural: a dialética do capitalismo tardio**. São Paulo: Editora Annablume, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede** [A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1]. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

GORZ, André. **O imaterial: Conhecimento, Valor e Capital**. São Paulo: Editora Annablume, 2003.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001.

MASI, Domenico De. **A Economia do Ócio**. Rio de Janeiro: GMT Editores Ltda, 2001.

SPINK, Mary; LIMA, Helena. **Rigor e Visibilidade**. Rio de Janeiro: Editora Centro Eldestein de Pesquisas Socais, 2013.